

A Participação de Crianças e Jovens em Processos de Avaliação

Reflexões, Observações, Recursos

Isabel Duarte *, Luís Soares **,
João M. Nogueira ***, Cristina Roldão ****

Resumo: Que princípios éticos devem guiar a investigação com e sobre adolescentes? Como envolver jovens na concepção e planeamento de projectos que lhes dizem respeito? Como incluir crianças em processos de avaliação de políticas, programas e projectos? Que métodos e técnicas devem ser mobilizados em processos de recolha de informação quando estão em causa menores de idade? Quais as dificuldades práticas e metodológicas associadas a intervenções nas áreas da infância e juventude? O Dossier que aqui se apresenta pretende constituir-se um primeiro esforço neste domínio ainda tenuemente explorado, oferecendo um conjunto de reflexões, indicações e recursos – necessariamente parciais e provisórios – para os investigadores e profissionais com interesses directos ou indirectos nesta área.

Palavras chave: avaliação; participação; infância e juventude.

A Participação de Crianças e Jovens em Processos de Avaliação¹

Que princípios éticos devem guiar a investigação com adolescentes? Como envolver jovens na concepção e planeamento de projectos que lhes dizem respeito? Como incluir crianças em processos de avaliação de políticas, programas e projectos? Que métodos e técnicas devem ser mobilizados em processos de recolha de informação quando estão em causa menores de idade? Quais as dificuldades práticas e metodológicas associadas à avaliação de intervenções nas áreas da infância e juventude?

Estas interrogações estão longe de ser inovadoras. Não obstante, por várias ordens de razões, tem-se dado um aumento do interesse em seu redor. Na verdade, nos últimos anos temos assistido à

publicação, mais ou menos regular e intensa, de estudos, códigos de conduta, guias éticos e orientações de boas práticas quanto à participação de crianças, adolescentes e jovens em processos de pesquisa. Muitas dessas edições debruçam-se, especificamente, sobre a participação de jovens em práticas de monitorização e avaliação de projectos.

Disso constituem bons exemplos os textos de Allmark (2001) e Keddie (2000); os guias “Children Participating in Research, Monitoring And Evaluation (M&E)” da UNICEF (2002), “Child and Youth Participation: Resource Guide” da UNICEF (2006) e “A Guide to Actively Involving Young People in Research” de Kirby (2004), os livros “So You Want to Consult with Children?” (2003) e “So You Want to Involve Children in Research?” (2004) da Save the Children; e as linhas de

* Socióloga, investigadora do CET. Contacto: isabel.duarte@iscte.pt

** Sociólogo, investigador do CET. Contacto: luismanuelsoares@gmail.com

*** Tecnólogo, colaborador do CET. Contacto: joao.manuel.nogueira@gmail.com | <http://jnogueira.com>

**** Socióloga, colaboradora do CET. Contacto: cristinaroldaol@gmail.com

¹ O presente dossier foi organizado, elaborado e desenvolvido no âmbito do processo de avaliação externa do Programa Escolhas 2.^a Geração (E2G; <http://www.programescolhas.pt/>), promovido e coordenado pelo Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME; <http://www.acime.gov.pt/>) e da responsabilidade do Centro de Estudos Territoriais (CET). O Escolhas é um programa que visa a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos desfavorecidos e/ou problemáticos. Este dossier surge, neste processo, enquadrado na necessidade de encontrar e construir metodologias adequadas para trabalhar com crianças, adolescentes e jovens e de compreender as especificidades destes contextos.

orientação “Practice Standards in Children’s Participation” (2005), também da Save the Children².

Esse diversificado conjunto de textos é sintomático da crescente importância da protecção de menores e da relevância social das questões da infância e juventude. Mas é também, simultaneamente, a expressão de um apelo – mais ou menos explícito – em ordem a um maior envolvimento e participação das crianças e jovens em processos que os visam directamente. É nesse sentido que deve ser lido o número crescente de publicações que apontam no sentido da promoção de uma cultura de participação nestes grupos (cf. Kirby e Bryson, 2002; Kirby, Lanyon, Cronin e Sinclair, 2003).

Este número crescente de publicações também deve ser interpretado como o resultado da maior interpenetração e comunicação entre campos diferentes. Embora ainda seja pouco pronunciado, deve mencionar-se que nos últimos anos se tem assistido a um maior esforço no sentido da fertilização mútua entre o trabalho produzido nesta área (da investigação aplicada e, em particular, da avaliação), os campos da antro-po-sociologia da infância, da criança e da educação ou as áreas da psicologia e ciências da educação.

É hoje fundamental a inclusão dos grupos alvo das intervenções nos processos de avaliação. Porém, também é fundamental que esses processos sejam adaptados às características e realidades desses grupos. Não só deve haver um determinado conjunto de preocupações éticas específicas nesses processos, mas também as metodologias mobilizadas devem ser adequadas e apropriadas aos grupos em questão. E, sempre que necessário, devem sofrer as correcções, ajustes e adaptações necessárias para que se obtenham resultados satisfatórios.

Os recursos e as linhas de orientação que aqui se apresentam não pretendem responder, de forma definitiva, às questões acima enunciadas. Pretendem, apenas, contribuir para o debate em torno delas e fornecer alguns pontos de referência para a participação e envolvimento de crianças, adolescentes e jovens em processos de avaliação de políticas, programas e projectos.

Crianças e Processos de Avaliação: Ética e Metodologia

A avaliação de projectos reveste-se de características particulares sempre que os grupos-alvo são constituídos por crianças e/ou jovens. Os processos de recolha de informação têm que ser adaptados, os métodos e técnicas têm que ser reformulados e é necessário seguir um determinado protocolo ético e pedagógico. E isso aplica-se tanto a procedimentos de recolha de informação convencionais (como entrevistas, inquéritos ou trabalho de campo), como a eventos participativos (como *workshops*, *focus groups* ou sessões de trabalho). Lidar com crianças e jovens nestes processos requer um conjunto de competências, capacidades e conhecimentos técnicos específicos.

Não se trata somente de uma questão ética, mas também – ou sobretudo – de uma questão de índole metodológica (cf. Harden, Scott, Backett-Milburn e Jackson, 2000). Muitos dos métodos e técnicas de pesquisa convencionais, como as entrevistas e os inquéritos por questionário, centram-se excessivamente em competências e capacidades habitualmente (ainda) subdesenvolvidas em crianças e jovens: abstracção conceptual, leitura, compreensão e interpretação oral e escrita, comunicação verbal. Daí que existam limitações naturais na informação produzida dessa forma, sempre que a participação diz respeito a pessoas não adultas.

Não é fácil lidar com este problema, na medida em que ele resulta de um conjunto – extenso, articulado e complexo – de obstáculos e contradições estruturais e sistémicas:

- a formação de avaliadores, técnicos de planeamento e outros profissionais raramente contempla a especificidade de trabalhar com crianças e jovens ou está apta a sensibilizar esses profissionais para essas particularidades;
- as crianças são entendidas tradicionalmente como objectos de intervenção e/ou pesquisa e não como sujeitos;
- é limitada a divulgação de “learning cases” e orientações de boas práticas, nacionais e internacionais, na área da participação de crianças;

² Será importante referir ainda, a este propósito, dois importantes volumes temáticos da revista *PLA Notes* publicada pelo IIED: o volume 25 (intitulado “Children’s Participation”) e o volume 42 (designado “Children’s Participation – Evaluating Effectiveness”). Organizações internacionais como a Save the Children, a UNICEF, a The Children’s Society, a International Youth Foundation, a CARE e a National Children’s Bureau têm tido um papel preponderante nesse processo.

- os métodos e técnicas hegemónicas e normalizados não são adequados a estes grupos e existem poucos conhecimentos sobre metodologias menos convencionais, mas mais adaptadas a alguns destes grupos (foto e vídeo-elicitación; fóruns em linha; *focus groups* facilitados, etc.), e sobre técnicas de facilitação e visualização de apoio a actividades de recolha de informação;
- a generalidade dos técnicos possui conhecimentos escassos sobre métodos operacionais ou aplicados de planeamento e avaliação onde foi sendo dada alguma atenção à questão das crianças e jovens (por exemplo, PLA, PRA, VIPP, etc.);
- por norma, os técnicos possuem conhecimentos limitados sobre a heterogeneidade da categoria “crianças, adolescentes e jovens” (em termos de género, classe social, pertença étnica, cultura) e, sobretudo, raramente possuem formação específica sobre a comunicação com esses grupos heterogéneos;
- não tem existido fertilização e fecundação mútua entre o trabalho produzido nesta área e os campos da antro-po-sociologia da infância, da criança e da educação, ou a área psicologia e ciências da educação;
- não existe uma cultura de participação instituída e consolidada entre as crianças e jovens;
- não existe uma prática instituída de recorrer a profissionais habituados a lidar com crianças e jovens e com saberes mais consolidados e consistentes em temas como o consentimento informado ou a competência intelectual de menores de idade (facilitadores, consultores, pedagogos, etc.).

Além das questões enunciadas poderiam ser invocadas outras, igualmente relevantes. Por exemplo, é exíguo o número de formadores especializados na participação de jovens em actividades de pesquisa; os manuais e guias metodológicos dos investigadores e trabalhadores sociais elidem sistematicamente a questão da infância; a preparação técnica e pedagógica dos profissionais e técnicos ancora-se numa visão redutora, etnocêntrica e desactualizada da infância e da adolescência; a gestão de tempo e recursos nos projectos limita tentativas de ir mais longe neste domínio; a pesada burocracia associada a alguns destes processos não

permite um maior investimento na formação dos técnicos; a sobrecarga de informação a que os técnicos se encontram sujeitos dificulta que estes conhecimentos sejam integrados e estas competências desenvolvidas; a forma como são formulados os programas, os projectos e as próprias avaliações (com pouco tempo disponível, prazos irrealistas, recursos escassos, acessoria técnica limitada, comunicação interna das equipas deficitária) promove determinados automatismos nos procedimentos, excluindo práticas menos convencionais e usuais; é inexistente a figura de um provedor das crianças e jovens que assegurasse a conformidade dos projectos a determinados princípios, no que respeita a crianças; não existe um conjunto de princípios éticos claramente definido e consolidado nesta área; os guias éticos das diferentes associações profissionais são, normalmente, omissos e pouco claros quanto às questões éticas relacionadas com o envolvimento de crianças em actividades de pesquisa e intervenção; geralmente, não existem entre as equipas de trabalho conhecimentos técnicos sobre tecnologias e sistemas de informação em pesquisa e avaliação (deixando de fora algumas técnicas que poderiam ser particularmente interessantes com determinados grupos de jovens); muitas vezes a relação das crianças com os projectos é pontual e não continuada (tornando difícil contactar as crianças no momento da avaliação).

Em todo o caso, estes itens não esgotam os obstáculos estruturais que se colocam à participação nesses contextos. Porém, eles permitem formar uma ideia mais clara e concreta dos elementos que contribuem para os défices na participação infantil e juvenil em processos de pesquisa, seja aplicada ou não.

Em parte, o cerne do problema diz respeito ao facto de nem sempre serem utilizadas as metodologias adequadas, ou estas nem sempre serem adequadamente adaptadas. Com efeito, nem sempre os profissionais destas áreas estão preparados para lidar com audiências com estas características. E isso também porque são relativamente infrequentes os programas e projectos que realmente levam em consideração os pontos de vista das crianças e jovens a quem se destinam (Kirby e Bryson, 2002). Essa ausência deve-se tanto a mecanimos de auto-exclusão (relutância das

³ Com efeito, é ainda muito limitada a importância que é normalmente dada à participação e envolvimento de crianças e jovens em processos decisórios. De acordo com parte significativa dos investigadores a trabalhar em projectos com crianças e jovens, existem três grandes razões pelas quais estes não se envolvem – ou apenas participam de forma limitada – em projectos comunitários: em primeiro lugar, os jovens não esperam poder participar e, por isso, sentem que a sua participação não é desejada; em segundo lugar, estes não estão conscientes dos seus direitos e, assim sendo, quando não são convidados a participar e não exigem oportunidades para o fazer; por fim, muitos sentem uma enorme apatia e/ou cinismo face à participação, pressupondo que as suas ideias não serão levadas a sério (Kirby e Bryson, 2002: 33).

crianças em participar)³, como a dispositivos de hetero-exclusão (relutância dos adultos em reconhecer o direito e a capacidade de participar das crianças)⁴. E, em virtude disso, não existe propriamente um *corpus* de princípios éticos, advertências, propostas, recomendações e procedimentos consolidado nesta área.

Isso pode ser problemático, no sentido em que existem problemas de participação específicos quando a avaliação incide sobre crianças e jovens que participam nas actividades, consoante a sua idade. Por exemplo, com jovens e/ou jovens adultos as sessões com *cardstorming* e técnicas participativas em geral costumam produzir resultados interessantes. A informalidade desse processo costuma potenciar a participação. Mas processos idênticos são normalmente inaplicáveis com crianças, na medida em que estas têm competências limitadas para lidar com essas situações. Mas, por exemplo, estas costumam estar muito receptivas a técnicas como a foto – ou vídeo-elicitación. Na prática, é necessário encontrar, juntamente com os envolvidos, métodos e técnicas que promovam a sua participação e que se ajustem às suas características e competências.

Como se formulam questões? Como se chegam às respostas? De que modo é necessário construir indicadores? Que métodos e técnicas são adequados? Quais as vantagens e desvantagens dos procedimentos adoptados? É necessário colocar estas questões recorrentemente, de modo a suprir ou mitigar a influência da variável idade no problema da participação.

E outras variáveis devem ser levadas em consideração, para além da idade. Não é idêntico lidar com crianças e jovens oriundos de grupos socioeconomicamente favorecidos e com aqueles que provêm de grupos desfavorecidos ou excluídos, e que se confrontam com problemas concretos (exclusão social, marginalização racial ou étnica,

abandono escolar, delinquência juvenil). A condição infanto-juvenil interage com outras variáveis que não devem ser negligenciadas nos processos de recolha de informação.

Nos manuais de metodologia, métodos e técnicas de investigação raramente se encontram referências à especificidade das pesquisas e intervenções que envolvam crianças e jovens. Essa omissão é tanto mais grave quanto o número de programas e projectos dirigidos especificamente a crianças tem vindo a aumentar. As questões do consentimento informado, da equidade, da vulnerabilidade e da competência intelectual são, a este respeito, fundamentais. E merecem, naturalmente, um tratamento concordante com esse estatuto.

Linhas de Orientação Éticas

Mas as diferenças não se verificam apenas ao nível da avaliação. É necessário considerar que a própria metodologia de intervenção se reveste de características particulares⁵. As actividades programadas devem ser adequadas aos grupos etários e sociais das crianças e jovens.

Publicações recentes de organizações internacionais nesta área – como a UNICEF (2002, 2006) ou a Save the Children (2003, 2004, 2005) – estabelecem mesmo linhas de orientação bem definidas para processos que envolvam crianças, adolescentes, jovens e jovens adultos⁶. De acordo com as linhas de orientação da UNICEF (2002:1), a participação de crianças implica em termos éticos:

- Que todos os direitos de todas as crianças sejam assegurados, de forma igualitária, sem que exista alguma forma de discriminação.
- Que sejam sempre levados em consideração os melhores interesses da criança e o seu envolvimento apenas deve verificar-se se não colidir com esses interesses. A avaliação é um meio de melhorar a intervenção e, em última instância,

⁴ Edwards (1996), por seu turno, preconiza que a falta de participação das crianças se deve, essencialmente, à visão que sobre elas é tida na sociedade em geral, e pelos profissionais e técnicos em particular. Segundo o autor, são cinco as principais razões para a sub-participação de crianças e jovens: uma ideia de infância baseada no modelo de criança ocidental hegemónico séc. XXI (onde estas são vistas como imaturas e irracionais até atingirem formalmente a idade adulta – normalmente 16, 18 ou 21 anos dependendo dos contextos); a visão das crianças como economicamente inexistentes ou não-produtivas; o facto das crianças serem entendidas como elementos derivados de uma unidade (a família ou o agregado familiar); a presunção dos adultos de que compreendem as necessidades e pontos de vista das crianças, uma vez que já o foram; e, por fim, na visão passiva e dependente que os adultos (sobretudo os pais) têm das crianças.

⁵ Por exemplo, é necessário que haja uma diferenciação clara entre beneficiários directos e indirectos. Para que os resultados se verifiquem, os efeitos desejados se concretizem e tenham impacto em crianças e jovens, muitas vezes é necessário que os grupos alvo não sejam as próprias crianças, mas, por exemplo, os seus pais ou responsáveis.

⁶ Em todo o caso, é importante sublinhar que essas obras devem ser utilizadas com algumas precauções. Há o risco de algumas publicações nesta área serem excessivamente normativas, o que constituiria um problema dada a heterogeneidade da categoria “crianças e jovens” e dos contextos sociais e culturais onde se poderiam aplicar. Por isso mesmo, essas normas devem ser somente pontos de referência e linhas de orientação éticas e metodológicas.

de garantir efeitos e impactes positivos dos programas e projectos – e esse meio não deve em caso algum sobrepor-se às finalidades enunciadas.

- Que os pontos de vista das crianças e jovens sejam realmente levados em consideração e que estes não sejam encarados somente de forma instrumental, enquanto fontes de informação ou objectos de pesquisa.

Estes princípios genéricos traduzem-se numa miríade de medidas práticas. Porém, convém levar em consideração, em algumas situações podem surgir dilemas ou podem verificar-se cenários mais complexos. Por exemplo, em determinadas situações a protecção das crianças pode implicar a omissão de determinada informação – e nesse caso é necessário ponderar o valor da transparência face ao valor da protecção. É neste sentido que devem ser lidas as indicações de uma das principais obras de referência nesta área: *“The responsibility to protect children may also entail withholding information from children where that information may place them at risk. Children may not always be able to cope with the implications of information received or may not be able to judge adequately when and with whom to share that information.”* (UNICEF, 2002: 4).

Depois, convém notar que falar de crianças e jovens não é falar de um grupo homogéneo, mas de um conjunto alargado, diversificado e plural de actores sociais: *“Children are not a homogenous group and will come to a consultation / meeting from a range of backgrounds with a diverse set of experiences, views and needs. Equal access to participation is the key to meeting a child’s individual and special needs, and may imply that some children will need much more support and time than others.”* (Save the Children, 2003: 28-29)

A idade não pode ser entendida de forma separada de outras características como a classe social, o género, a pertença étnica, etc. E como muitos programas e projectos – a grande maioria – se dirige maioritariamente a determinados grupos sociais, convém que isso seja levado em consideração. Afinal, as metodologias a utilizar com pessoas adultas com elevados capitais escolares deverão ser substancialmente diferentes daquelas mobilizadas para lidar com crianças e jovens de grupos sociais particularmente vulneráveis.

A questão cultural é disso um bom exemplo.

Como sublinha Maguire (2005), lidar com crianças bilingues ou multilingues coloca questões éticas e metodológicas específicas. E essa temática é particularmente frequente quando estamos perante grupos de imigrantes e minorias étnicas – curiosamente populações que são alvos privilegiados dos processos de intervenção. E, ainda mais, quando a essa condição cultural se juntam factores de exclusão social e económica. Além do mais, a concepção de programas e projectos de intervenção depende sempre das representações acerca das crianças e jovens por parte de políticos, técnicos e profissionais (sobre o seu desenvolvimento, as suas competências, os seus interesses). Nas palavras de Maguire, *“Ethical decisions and methodological choices in working with children are embedded in ontological perspectives and epistemological assumptions about how policy makers and researchers understand child development or any other phenomenon related to children, their well-being, and childhood. This includes how they conceptualize children, their communicative and decision-making competence and human potential, and how this can and should be respected and represented.”* (Maguire, 2005: 3).

E isso pode tornar-se particularmente problemático quando os universos culturais desses profissionais e das crianças são muito afastados.

Daí que sejam indispensáveis instrumentos específicos quando se avaliam programas e projectos neste domínio. Primeiro, são necessários instrumentos e competências específicos para comunicar com crianças e jovens no processo de recolha de informação. Depois, é imprescindível que parte da avaliação incida sobre as teorias e conceitos implícitos nos programas e projectos, de modo a aferir de que forma foram levadas em consideração as pertenças sociais e culturais dos jovens na sua concepção e implementação.

Infância, Juventude e Exclusão

Esta questão da participação deve ser devidamente contextualizada, quer no quadro da problemática mais vasta da exclusão social, quer sob o pano de fundo da análise social desse fenómeno.

A distribuição dos recursos de um programa de intervenção passa necessariamente pela necessidade de definir alvos prioritários. Esta definição pode basear-se em critérios teórico-científicos de

delimitação do público-alvo, mas é sempre acompanhada por uma escolha, por um quadro de valorações que permita definir o que são os problemas, prioridades e estratégias de intervenção.

As ciências sociais, de um modo geral, podem contribuir para a criação de um conjunto de critérios de análise dos problemas em que se pretende intervir, isto é, podem tentar “reconstituir” o sistema de variáveis que estão na base de determinado fenómeno, através de um posicionamento conceptual e aplicação de métodos e técnicas de pesquisa que tenham critérios de rigor.

No caso da análise de fenómenos relacionados com crianças e jovens, pode dizer-se que existe já um quadro conceptual alargado. Todavia, quando tentamos passar para a análise dos problemas em termos concretos, deparamo-nos com algumas dificuldades que remetem para a escassez de dados estatísticos quanto a este grupo e para a inadequabilidade das técnicas tradicionais de levantamento de informação junto destes.

A análise da exclusão social – e a avaliação de programas com ela relacionados – é, a todos os títulos, ilustrativa. Partindo do caso concreto da análise da exclusão social de âmbito nacional é necessário dar conta de um conjunto de variáveis específicas a estes grupos para o conjunto do país. Uma imersão nesta temática implica trabalhar um conjunto de dados extensivos que nem sempre dão conta das especificidades dos problemas em estudo (além, claro, da tentativa de captar a perspectiva dos actores sobre a sua própria situação).

O número de variáveis necessárias para dar conta desse fenómeno é, naturalmente, elevado. A isso acrescem outras dificuldades. Existem estatísticas oficiais de várias instituições, resultados de estudos de carácter académico nestas áreas, diagnósticos territoriais ou temáticos. Mas esses dados existem, por norma, de forma desarticulada,

nem sempre se encontram disponíveis com o nível de desagregação territorial que seria desejado e nem sempre são compagináveis entre diferentes territórios.

Enquanto que variáveis que se prendem com a dimensão económica da exclusão já se encontram amplamente trabalhadas e com diversos níveis de desagregação, outras variáveis, como as que estão relacionadas com outras situações de risco, são quase inexistentes para o conjunto do país. Refira-se a título de exemplo as variáveis consumo de estupefacientes e álcool⁷ e abandono escolar⁸.

Interessa ainda acrescentar, no que diz respeito a muitas das variáveis pertinentes para o estudo da exclusão no(s) grupo(s) social(ais) em causa, que esses dados existem e que se encontram disponíveis para o conjunto do país e para as faixas etárias em estudo. Contudo, não raras vezes, o seu levantamento não é elaborado de forma sistemática, sendo necessário optar entre uma situação em que se tem um conjunto de variáveis na sua versão mais actual, mas com temporalidades de referência diferentes entre si (o que implica, naturalmente, alguma contenção no retirar de ilações), ou optar por deixar de parte algumas variáveis e somente trabalhar aquelas que cumpram completamente os critérios de comparabilidade – o que por sua vez obriga a uma leitura menos directa e mais complexa do(s) fenómeno(s).

Avaliação de Projectos que Envolvam Crianças e Jovens

Mais do que encontrar um conjunto de normas e regras rígidas que devem guiar e nortear a participação de crianças e jovens é importante definir um conjunto de questões que devem ser colocadas sempre que isso tem lugar.

⁷ O consumo de drogas e álcool apesar de trabalhado para o conjunto do país, não se encontra desagregado ao nível de concelho para todos os distritos, sendo que isso acontece somente para as áreas urbanas como o Grande Porto, Grande Lisboa e Setúbal. A atenção dada às grandes áreas urbanas prende-se, provavelmente, com a tradicional incidência deste fenómeno nestes territórios, mas não nos permite dar conta das mudanças que ocorrem noutros territórios, que por outras razões, que não a urbanidade, são vulneráveis a este problema, veja-se por exemplo o distrito do Algarve, Bragança, Castelo Branco que apresentam valores mais altos que as áreas urbanas acima referidas. Outro problema que estes dados apresentam, quanto estudamos o consumo de drogas e álcool para a população juvenil e infantil, é que dizem respeito somente à população escolar, ficando sem registo muitos dos indivíduos que se encontram fora do sistema de educação.

⁸ No caso da análise do abandono escolar, também se encontram algumas dificuldades, mas que se prendem com a própria fiabilidade dos dados, ou seja, quando se fala em abandono escolar pretende-se analisar o conjunto de indivíduos que abandonarem o percurso escolar antes de terminar a escolaridade obrigatória, mas como captar este grupo? Normalmente contabiliza-se, por escola, o número de indivíduos que desistiram antes de terminar o 3.º ciclo, mas como saber se estes indivíduos não se matricularam noutra escola? Hoje em dia, é uma prática instituída tratar as desistências enquanto aproximação ao abandono, cabendo aos investigadores evidenciar a fragilidade desta variável para dar conta do fenómeno. Outro problema que encontramos é na acessibilidade aos dados sobre o abandono nas Regiões Autónomas, sendo que estes não são trabalhados pelo mesmo organismo que os dados do continente. Esta situação implica dificuldades acrescidas na análise da exclusão social de jovens e crianças nestes territórios que, em si, já acumulam muitas situações de exclusão.

- De que forma é que a avaliação pode beneficiar as crianças e jovens?
- Que valor acrescido podem trazer as crianças e jovens aos processos de avaliação? Que tipo de contributo lhes é pedido?
- Que medidas podem ser tomadas para minorar os eventuais efeitos secundários da participação dos jovens e crianças no processo de avaliação?
- Existem eventuais riscos de desconforto associados à participação das crianças e jovens nos processos de avaliação (embaraço, ansiedade, intrusão de privacidade, coerção, medo de falhar, etc.)? No caso de ser imprescindível a participação das crianças, que medidas podem ser tomadas para minorar esses riscos?
- Qual será o grau de envolvimento dos pais ou adultos responsáveis no processo?
- Em assuntos delicados, que medidas podem ser tomadas no que respeita ao anonimato, privacidade e confidencialidade dos dados recolhidos?
- Se as crianças pertencem a grupos particularmente vulneráveis e desfavorecidos, a nível social, que medidas podem ser tomadas para contornar problemas adicionais que possam ocorrer?
- Que papel foi dado às crianças e jovens no que respeita à definição dos métodos e técnicas a utilizar?

Estas questões não esgotam, evidentemente, o conjunto de questões que podem (e devem) ser colocadas em processos deste tipo. Não obstante, elas constituem um bom ponto de partida para uma reflexão sobre as especificidades de processos que envolvam crianças e jovens.

A avaliação de projectos e processos de que fazem parte crianças e jovens reveste-se de carac-

terísticas particulares. Nesses casos, além das dimensões tradicionais de avaliação, existem outros itens que devem ser considerados:

- Até que ponto lhes foi concedida uma oportunidade genuína de influenciarem os processos decisórios?
- De que modo foram tratados os pontos de vista de crianças e jovens e que consequências daí advieram?
- De que forma foi feita a participação de grupos vulneráveis, discriminados e socialmente excluídos?
- Qual o papel das crianças e jovens na construção da metodologia de intervenção e na definição dos métodos de técnicas a utilizar? Até que ponto, e de que forma, é que as preferências foram levadas em consideração?
- De que modo é que o grau de desenvolvimento e maturidade das crianças e jovens foi considerado na adaptação da metodologia de avaliação definida?

Estas questões, entre outras, devem balizar a avaliação de um dado programa, projecto ou processo. Os critérios de avaliação convencionais – eficácia, eficiência, pertinência, adequabilidade e sustentabilidade – não bastam. É necessário que se ponderem de modo a que a avaliação obtenha resultados que reflectam melhor a participação e envolvimento das crianças e jovens em todo o processo.

Estas linhas de orientação não constituem imperativos normativos e, como tal, não devem ser seguidas cegamente. Pretendem, apenas, fornecer algumas pistas sobre a especificidade da recolha e produção de informação quando estão em causa crianças e jovens.

Referências Bibliográficas

ALLMARK, Peter, 2001, “The Ethics of Research With Children”, *Nurse Researcher*, 10(2), RCN Publishing Company Ltd, pp. 7-19.

CHAWLA, Louise, 2001, “Evaluating Children’s Participation: Seeking Areas of Consensus”, *PLA Notes*, 42(2), pp. 9-13.

CHRISTENSON, Pia, JAMES, Alison (eds.), 1999, *Research with children: Perspectives and practices*, Nova Iorque, Routledge Falmer.

EDWARDS, Michael, 1996, “Institutionalising Children’s Participation in Development”, *PLA Notes*, 25 (11), pp. 47-51.

FRASER, Sandy, LEWIS, Vicky, DING, Sharon, KELLETT, Mary, ROBINSON, Chris. (eds.), 2004, *Doing Research with Children and Young People*, Londres, Sage Publications/Open University.

GREENE, Sheila, HOGAN, Diane (eds.), 2005, *Researching Children’s Experience: Approaches and Methods*, Londres, Sage Publications.

GREIG, Anne, TAYLOR, Jayne, 1999, *Doing Research with Children*, Londres, Sage Publications.

HARDEN, Jeni, SCOTT, Sue, BACKETT-MILBURN, Kathryn, JACKSON, Stevi, 2000, “Can’t Talk, Won’t Talk?: Methodological Issues in Researching Children”, *Sociological Research Online*, 5(2), <http://www.socresonline.org.uk/5/2/harden.html>.

HAZEL, Neal, 1995, “Elicitation Techniques with Young People”, *Social Research Update*, 12, Guildford, Department of Sociology, University of Surrey, <http://www.soc.surrey.ac.uk/sru/SRU12.html>.

HOLMES, Robyn, 1998, *Fieldwork with Children*, Londres, Sage Publications Publications.

KEDDIE, Amanda, 2000, “Research with Young Children: Some Ethical Considerations”, *Journal of Educational Enquiry*, 1(2), University of South Australia, pp. 72-81.

KIRBY, Perpetua, BRYSON, Sara, 2002, *Measuring the Magic? Evaluating and researching young people’s participation in public decision making*, Londres, Carnegie Young People Initiative.

KIRBY, Perpetua, 2004, *A Guide to Actively Involving Young People in Research: For researchers, research commissioners, and managers*, Hampshire, INVOLVE/ PK Research Consultancy.

KIRBY, Perpetua, LANYON, Claire, CRONIN, Kathleen e SINCLAIR, Ruth, 2003, *Building a Culture of Participation: Involving children and young people in policy, service*

planning, delivery and evaluation, Londres, National Children’s Bureau/ PK Research Consultancy.

LEWIS, Ann, LINDSAY, Geoff (eds.), 1999, *Researching Children’s Perspectives*, Londres, Open University Press.

LEWIS, Vicky, KELLETT, Mary, ROBINSON, Chris, FRASER, Sandy, DING, Sharon (eds.), 2004, *The Reality of Research with Children and Young People*, Londres, Sage Publications/Open University.

MAGUIRE, Mary, 2005, “What if You Talked to Me? I Could Be Interesting! Ethical Research Considerations in Engaging with Bilingual / Multilingual Child Participants in Human Inquiry”, *Forum Qualitative Sozialforschung*, 6(1).

PUNCH, Samantha, 2002, “Research With Children: The Same or Different From Research With Adults?”, *Childhood*, 9(3), Londres, Sage Publications, pp. 321-341.

SABO, Kim, 2001, “The Benefits of Participatory Evaluation for Children and Youth”, *PLA Notes*, 42(10), IIED, pp. 48-51.

SAVE THE CHILDREN, 2003, *So You Want to Consult with Children?: A Toolkit of Good Practice*, Londres, International Save the Children Alliance.

SAVE THE CHILDREN, 2004, *So You Want to Involve Children in Research?*, Londres, International Save the Children Alliance.

SAVE THE CHILDREN, 2005, *Practice Standards in Children’s Participation*, Londres, International Save the Children Alliance.

UNICEF, 2002, “Children Participating in Research, Monitoring And Evaluation (M&E) – Ethics and Your Responsibilities as a Manager”, *Evaluation Technical Notes*, n.º 1, Nova Iorque, UNICEF.

UNICEF, 2006, *Child and Youth Participation: Resource Guide*, Bangucoque, UNICEF.

WAKSLER, Frances Chaput (ed.), 1994, *Studying the Social Worlds of Children: Sociological Readings*, Londres, Falmer Press.

Informação Adicional

– Children Participating in Research, Monitoring And Evaluation (M&E) (UNICEF)
http://www.unicef.org/evaluation/files/TechNote1_Ethics.pdf

– Children’s Participation – Evaluating Effectiveness (PLA Notes 42) (IIED)
http://www.iied.org/NR/agbioliv/pla_notes/pla_backissues/42_don.html

– Children’s Participation (PLA Notes 25) (IIED)
http://www.iied.org/NR/agbioliv/pla_notes/pla_backissues/25.html